

Editorial

A necessária cumplicidade entre pesquisa acadêmica e prática de ensino: um princípio para a construção do conhecimento

**Fabírcia Cavichioli Braidá¹; Cleiton Tibulo²;
Sheila Magali Holz²; Rodrigo Buske²; Guilherme Dias² Luciano Moura de Mello¹**

¹Prof. Dr.; ²Prof. Me. [Doutorando]
Comissão Editorial da Rev. Cient. Schola. Colégio Militar de Santa Maria.

E-mail: cmsm.revistaschola@gmail.com

É fato que um número considerável de publicações acadêmicas (artigos, monografias, dissertações etc.) passou a dedicar especial atenção ao entendimento do que representa o princípio da indissociabilidade no contexto educacional brasileiro e em que medida os desdobramentos oriundos desse princípio refletem de forma significativa no processo de ensinar-aprender.

Entende-se por indissociabilidade a qualidade de indissociável, isto é, aquilo que não se pode dissociar, que não é (ou não deveria ser) separável em partes (Ferreira, 1986). Um exemplo dessa definição é a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, uma vez que se caracteriza como um processo multifacetado de relações e de correlações que almeja a unidade da teoria e da prática, pois se constitui princípio das atividades-fins da universidade (Rays, 2003).

Assim, como o exemplo supracitado, outros eixos podem ser mencionados tendo como base tal princípio - indissociabilidade entre teoria e prática, indissociabilidade entre universidade e escola, indissociabilidade entre inclusão e acessibilidade, indissociabilidade entre formação inicial e formação continuada, indissociabilidade entre professor-formador e professor-formado, indissociabilidade entre pesquisa acadêmica e prática educativa e assim por diante.

Se o propósito fosse elencar eixos, que deveriam ser entendidos a partir do princípio da indissociabilidade, com certeza, não se pararia por aqui. Ao contrário, a intenção deste editorial não é enumerar pares, tríades, que constituem modelos ideais daquilo que não se pode dissociar, mas sim incitar uma reflexão sobre por que se tem percebido um afastamento entre esses eixos; por que o princípio da indissociabilidade, algumas vezes, restringe-se ao registro no papel, não perpassa o campo das ideias.

É o professor universitário que se vê obrigado a escolher entre estas três abordagens: ensino, pesquisa e extensão, uma vez que elas deveriam trabalhar em conjunto a fim de proporcionar ao acadêmico a aproximação entre universidade e sociedade (Andes, 2003). É a teoria que não condiz com a prática, pois é comum ouvir o jargão “na prática, a teoria é outra”. No entanto, não há teoria sem prática e a prática torna-se infundada sem uma teoria que a sustente.

É a escola que se diz inclusiva, porém não dá condições de acessibilidade, em vez de incluir, exclui o aluno que necessita de atendimento especializado. É o professor-formado e o professor-formador que não compartilham conhecimentos teóricos-práticos em função de seus egos inflados, feridos, freando, conseqüentemente, o processo de formação continuada e a construção de saberes.

A pesquisa e a atividade docente

Luciano Moura de Mello; Cleiton Tibulo; Fabrícia Cavichioli Braida; Sheila Magali Holz; Rodrigo Buske; Guilherme Dias
COMISSÃO EDITORIAL REV. CIENT. SCHOLA

São essas e outras situações que traduzem como o princípio da indissociabilidade vem sendo concebido no contexto educacional, está nitidamente dissociada a sua perspectiva conceitual com relação à prática de ensinar e aprender. Frente a esse cenário, cabe a quem (re)pensar acerca dessa problemática?

A indissociabilidade entre pesquisa acadêmica e prática de ensino, por exemplo, inquieta a quem? Os educadores? Se não houvesse essa separação, os resultados do cenário educacional brasileiro seriam diferentes?

É sabido que um número elevado de pesquisas acadêmicas são realizadas no âmbito educacional, mais precisamente, dentro das salas de aula, nas quais os alunos e também professores, muitas vezes, são convidados a participar como sujeitos dessas investigações. Assim, a pesquisa inicia, desenvolve-se e finalmente é concluída. Nesta etapa final, de fato, tudo se conclui, uma vez que os resultados desses trabalhos, que poderiam servir de instrumento de auxílio à prática, na maioria das vezes, são arquivados em bancos de dissertações e teses das instituições de ensino superior.

É lamentável que muitos desses resultados acabem “engavetados”, pois pesquisar é um processo que demanda tempo, em algumas situações, dedicação quase que exclusiva; é sobretudo um processo moroso cuja atividade-fim é sugerir caminhos e/ou alternativas inovadoras que tenham real aplicabilidade para angariar resultados expressivos quando aplicados à prática de ensino.

Tenta-se entender o porquê dessa conduta, por que essas pesquisas não se configuram como um continuum na prática de ensinar e aprender, da mesma forma, tenta-se entender por que tais informações não se tornam rapidamente políticas educacionais, subsidiando e aperfeiçoando o olhar reflexivo do professor. Tais medidas deveriam encorajar a gestão e o corpo docente a eliminar a discrepância entre a pesquisa acadêmica e a prática profissional.

Talvez essas respostas não sejam encontradas pelo fato de que as inovações, principalmente em educação, estão seguindo o caminho inverso. A escola poderia “cobrar” que as pesquisas as quais, de fato, contemplam a prática de ensino fossem legalmente vinculadas à educação, uma vez que, em sua maioria, os sujeitos das pesquisas são professores e alunos. Dessa forma, partindo do interesse da escola, buscar-se-ia validar os resultados em órgãos e/ou instituições competentes para atender a essa demanda, mas infelizmente não é esse o cenário que se vivencia.

Exemplo prático são os diferentes trabalhos que amplamente discutem a relação da necessidade de maiores horas de sono em crianças e adolescentes e a relação disso com o aproveitamento escolar. Trabalhos como os do neurocientista brasileiro Fernando Louzada (UFPR) entre outros (Dahl, 1999; Louzada & Menna-Barreto, 2007; Soares & Almondes, 2012; Felden et al., 2016) reconhecem a influência do maior número de horas de sono no aprendizado.

Além desses, muitos autores indicam que mudanças nos horários de início das atividades escolares e mesmo a redução do número de tempos de aula podem melhorar o aprendizado dos estudantes e aumentar o sucesso escolar. No entanto, de forma contraditória, aumento da carga horária e início das atividades escolares cada vez mais cedo são associadas a práticas que visariam melhorar o rendimento dos estudantes. Ao mesmo tempo, baseados em dados de pesquisa, a Associação Americana de Pediatria recomenda que todas as escolas do país iniciem suas atividades no turno da manhã a partir das 08:30h.

A pesquisa e a atividade docente

Luciano Moura de Mello; Cleiton Tibulo; Fabrícia Cavichioli Braidá; Sheila Magali Holz; Rodrigo Buske; Guilherme Dias
COMISSÃO EDITORIAL REV. CIENT. SCHOLA

Também pode-se comentar, como exemplo, o fato de o Brasil ter sido promovido para o grupo de elite da matemática mundial, o chamado Grupo 5, que reúne as nações mais desenvolvidas na pesquisa da área. No entanto, no último Pisa, principal avaliação da educação básica no mundo, o país ficou em 65º colocado num universo de 70 países .

Esse ranking explica-se pelo fato de que mais de setenta por cento de alunos brasileiros de 15 e 16 anos não alcançam sequer o nível básico de proficiência em matemática, ou seja, são incapazes de resolver problemas simples envolvendo números. Os números também demonstram claramente que o acesso à educação é desigual, o que comprova que uma grande parcela da população não usufrui de um ensino de qualidade ou não tem acesso a qualquer outro tipo de instrução.

Caminhar em sentido contrário ao que indica o processo científico em educação tem resultado em melhorias? Precisa-se, urgentemente, parar de “achar coisas” e aliar o conhecimento científico em educação às práticas escolares, sob o risco de continuar experimentando práticas improdutivas.

Poder-se-iam apontar várias outras hipóteses das possíveis causas do distanciamento entre pesquisa acadêmica e prática de ensino, as quais não seriam poucas, entretanto esse também não é propósito deste texto. Busca-se aqui dialogar com os profissionais da educação para que tenham um olhar crítico e reflexivo sobre a relação dicotômica desse eixo e também vislumbrem a possibilidade de se tornar consumidores dos conhecimentos desenvolvidos por pesquisas acadêmicas.

Uma forma acessível e prática para divulgação dos conhecimentos desenvolvidos por pesquisas acadêmicas poderia ser a troca de experiências por meio de relatos e artigos, os quais dariam acesso ao conhecimento com uma linguagem simples e didática, ou seja, uma linguagem que desse respaldo, guiasse de fato a prática de ensino de modo que esse conhecimento passasse a ser consumido e compartilhado na coletividade docente.

Assim visto, divulgar o conhecimento dessas pesquisas, que trazem em seu cerne propostas inovadoras e diferenciadas e sem formalismos demasiados, pode ser um passo importante para as instituições de educação básica. Entretanto, é necessário que essas propostas tenham aplicabilidade o suficiente para que possam ser (re)aplicadas.

Portanto, partindo das reflexões aqui tecidas, entende-se que a pesquisa não está desvinculada da prática educativa. A pesquisa está entrelaçada com a prática de ensino no sentido de que a prática de ensino já começa com a pesquisa. Contudo, parece haver uma compreensão tardia no uso dessas informações por parte da gestão do sistema educacional, pois não se percebe empenho para incluir o conhecimento científico na educação. Mesmo vista dessa forma, a ciência não perde sua essência – fazer ciência é educar os sentidos para perceber as várias dimensões da realidade. Negar esse nexos é artificializar a pesquisa e o ensino (Demo, 2005).

Referências

Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior – ANDES. **Proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira**. nº 2, 3ª ed. atual. e rev. Brasília/DF, 2003.

A pesquisa e a atividade docente

Luciano Moura de Mello; Cleiton Tibulo; Fabrícia Cavichioli Braida; Sheila Magali Holz; Rodrigo Buske; Guilherme Dias
COMISSÃO EDITORIAL REV. CIENT. SCHOLA

DAHL, Ronald E. The consequences of insufficient sleep for adolescents. **Phi Delta Kappan**. January pp. 354-359. 1999.

DEMO, Pedro. Pesquisa: princípio científico e educativo. São Paulo: Cortez, 2005.

FELDEN, Érico Pereira Gomes; FILIPIN, Douglas; BARBOSA, Diego Grasel; ANDRADE, Rubian Diego; MEYER, Carolina, & LOUZADA, Fernando Mazilli. Factors associated with short sleep duration in adolescents. **Revista Paulista de Pediatria** (English Edition), 34(1), 64-70. 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-05822016000100064>. Acesso em 04 de junho de 2018.

FERREIRA, Aurelio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.

LOUZADA, Fernando; MENNA-BARRETO, Luiz. **O sono na sala de aula: tempo escolar e tempo biológico**. Rio de Janeiro: Vieira e Lent; 2007.

RAYS, Oswaldo Alons. Ensino-Pesquisa-Extensão: notas para pensar a indissociabilidade. **Revista Cadernos de Educação Especial**, n. 21, p. 71-85. 2003. Disponível em <<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/5034>>. Acesso em 05 de junho de 2018.

SOARES, Cibele Siebra; ALMONDES, Katie Moraes de. Sono e cognição: implicações da privação do sono para a percepção visual e visuoespacial. **Psico**. 2012;43:85-92. Disponível em <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/11102>>. Acesso em 02 de junho de 2018.